



# OS PROCESSOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NO CENÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Janine Oliveira Cardeal<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os processos educativos desenvolvidos no âmbito das Organizações Não Governamentais (ONGs) configuram-se como o interesse fundante deste estudo. Neste sentido, o objeto versa a respeito do protagonismo que as ONGs têm desempenhado no cenário social a partir dos processos educativos não formais. O objetivo está centrado na análise dos termos da relação: Educação Não Formal e ONGs. Metodologicamente a investigação está organizada a partir da pesquisa bibliográfica, na qual discute-se a produção científica de estudiosos que tratam a temática e possibilitam a reflexão a respeito da realidade que se apresenta. Os resultados sinalizam que a ampliação das ações dessas instituições no campo social, por meio de ações educativas, está correlacionada ao processo de reforma do Estado brasileiro, quanto à prestação dos serviços públicos.

**Palavras-chave:** Processos Educativos, Organizações Não Governamentais, Educação Não Formal, Estado.

## INTRODUÇÃO

Refletir a respeito dos campos de atuação das ONGs, bem como a respeito das suas formas de agir, nos permite perceber uma considerável diversificação no decorrer do tempo. No Brasil essas organizações têm cada vez mais dialogado com os governos no intuito de cooperar com a implantação e implementação de políticas públicas, dentre as quais destacamos aquelas voltadas à educação, que por sinal se configura como um campo fértil para as intervenções.

Nesse sentido, discorreremos a respeito das ações voltadas ao âmbito educativo, desenvolvidas por essas organizações, que estão sendo cada vez mais consideradas como espaços privilegiados para o desenvolvimento dos processos educativos não formais. É necessário dialogar, inclusive, sobre a forma como o envolvimento com a educação tem favorecido o cumprimento do papel das ONGs, enquanto interventoras sociais que assumem um compromisso com o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro (LANDIM, 1988).

O interesse em estudar sobre essa temática se deu pelo fato de a discussão poder dar visibilidade a um tema pouco discutido no ambiente acadêmico, especialmente na Universidade Federal de Alagoas, vez que os currículos dos cursos de licenciaturas não enfatizam estudos e

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: ninecardeal@gmail.com

pesquisas no âmbito da educação não formal. Nesse sentido, é preciso debater cada vez mais esses lugares de formação educacional, para que assim tenhamos um olhar amplo e construtivo sobre o papel da educação (no seu sentido lato) para os sujeitos em condições de vulnerabilidade social.

A decisão de trazer à tona debates sobre a educação não formal tem a ver com a necessidade de poder também trazer estudos teóricos, tais como Cortella (2007), Gadotti (2005), Garcia (2001), Gohn (2006; 2010) e Trilla (2008) que discutem acerca da educação não formal e nos ajudam a compreender a educação num sentido amplo, nos seus aspectos constitutivos sociais e educacionais que se espalham pelo Brasil.

Destarte, este artigo está estruturado da seguinte forma: Inicialmente discutiremos sobre revelações iniciais sobre o cenário da educação não formal. Logo após, desdobremos a discussão para concepções e caracterização da educação não formal, assim, dialogando sobre sua teorização a luz de autores e pesquisadores da área. Ainda abordaremos os caminhos trilhados pela educação não formal. Por fim, tecemos nossas considerações apontam que não à toa essas instituições do Terceiro Setor (TS) têm se envolvido com o campo educativo.

Especificamente no que se refere à Educação, percebemos que a ampliação das ações dessas organizações no campo social, por meio de ações educativas, está correlacionado ao processo de reforma do Estado brasileiro, quanto à prestação dos serviços públicos. Torna-se fundante refletirmos sobre os papéis desempenhados por estas instituições no cenário social em meio às relações que são estabelecidas, sobretudo, com o poder público. Posto que, não é constitucional que estes organismos ocupem o papel secular do Estado republicano na garantia e efetivação dos direitos sociais, políticos e humanos.

## **OS PROCESSOS EDUCATIVOS DESVELADOS NO ÂMBITO NÃO FORMAL**

O uso da expressão Educação Não Formal tem ocupado hoje um lugar cada vez mais comum entre aqueles que estudam ou se interessam por compreender os processos educativos não escolarizados. O termo ganhou certa expressividade a partir dos anos 2000, quando há, inclusive, uma ativação nos estudos voltados a esse tema. O trabalho das ONGs, bem como de outras organizações da sociedade civil, voltado para esse campo da educação também contribuiu para que o termo se popularizasse e conquistasse espaço nas discussões sobre a educação em todo o país.

A atuação desses atores sociais em tal campo foi ainda mais incentivada a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que



destaca em seu artigo primeiro: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Essa concepção ampliada de educação, na qual outros espaços são anunciados e novas possibilidades de formação dos sujeitos são reconhecidas, corroborou para que os processos educativos, desenvolvidos no campo não formal, fossem discutidos em âmbito nacional, tornando-se pauta de discussão, inclusive, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O PNEDH elucida a importância das práticas educativas não formais para o processo formativo dos cidadãos, que ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais e em todas as áreas da convivência humana (BRASIL, 2007, p. 43).

A discussão em torno da temática tem se fortalecido à medida que novos espaços são conquistados, como o lugar específico entre os estudos da Academia. Gohn (2010), pesquisadora que tem contribuído para o esclarecimento sobre esse campo da educação, comenta que logo quando surgiram às primeiras discussões acadêmicas sobre o assunto, havia uma escassez relacionada às publicações que tratavam da educação não formal. Atualmente, os estudos que têm surgido estão sendo direcionados especificamente para a questão, entretanto, ainda há a necessidade de dar continuidade à reflexão em torno do processo educativo desenvolvido fora da formalidade das instituições oficiais, a fim de compreender as suas dimensões formativas.

### **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: compreensão conceitual**

O estudo científico realizado por pesquisadores das diferentes universidades brasileiras tem contribuído de forma relevante para essa compreensão. Não à toa, os estudiosos, a exemplo de Cortella (2007), Gadotti (2005), Garcia (2001), Gohn (2006; 2010) e Trilla (2008), têm se debruçado sobre a questão, no intuito de possibilitar a teorização e caracterização da educação não formal de acordo com os objetivos e aspectos constitutivos dessas experiências educativas que se espalham pelo Brasil.

Desta forma, a partir da teorização apresentada por aqueles que se dedicam ao estudo, a educação não formal pode ser compreendida como um campo da educação que se articula com



outros dois, a saber: o informal e o formal, na perspectiva de ampliar os “processos de formação dos indivíduos como cidadãos” (GOHN, 2010, p. 15).

Segundo uma concepção de educação ampliada, os processos formativos podem ser caracterizados de acordo com os campos onde se desdobram. No campo da formalidade, esses processos, que são desenvolvidos em instituições oficiais de ensino, são marcados por uma sistematização curricular orientada por uma normatização que parte do poder público. Os processos informais podem ser percebidos nas diversas formas de socialização dos sujeitos, compreendendo as relações com a família, ou outros grupos específicos. Tais processos são contínuos, e se desenvolvem no decorrer da vida e de forma não sistematizada. Já quanto aos processos não formais, esses acontecem de forma estruturada e em espaços coletivos, nos quais os sujeitos participam de forma voluntária, não obrigatória.

Tendo em vista que esses processos possuem as suas especificidades se faz necessária uma definição da educação não formal sem que nos limitemos a dizer o que ela não é. Isso quer dizer que não é suficiente, para compreender os aspectos dessa formação não formal, apontar as diferenças existentes entre tal campo e os outros dois. Entretanto, essa distinção contribui para um melhor esclarecimento e demarcação de tais campos educativos.

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (AFONSO, 1989, p.78).

Os processos desenvolvidos no campo da educação não formal estão permeados por uma intencionalidade e proposta de formação dos sujeitos. As atividades realizadas são, então, planejadas de acordo com um programa específico, que visa promover, por meio da intervenção social dos sujeitos envolvidos, uma prática educativa que contribua para a formação e engajamento social dos cidadãos.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

É importante enfatizar que a educação não formal não pretende substituir ou se opor à educação formal. Por este motivo, ressaltamos que “a educação não-formal pode dar uma

grande contribuição à educação pública, mas não pode substituí-la” (GADOTTI, 2005, p.10). Como se trata de outro campo, com propostas, atuação e fins específicos, cabe discutir, portanto, as contribuições do mesmo para o desenvolvimento educacional.

Diante das especificidades desse campo, Gohn (2010) identifica que as diferenças observadas na proposta formativa da educação não formal estão correlacionadas a características que delineiam o próprio campo. A autora chama a atenção para seis aspectos que precisam ser observados, a fim de que se amplie a compreensão em torno do campo. De acordo com as suas considerações, abordaremos as questões que envolvem: o educador, o espaço, a forma como se desenvolve o processo educativo, os objetivos de tal processo, as características das intervenções e, ainda, os resultados esperados por tais processos formativos desenvolvidos no campo não formal.

A educação não formal possui características particulares, que podem ser percebidas na forma como são planejadas, articuladas e desenvolvidas as intervenções nesse campo e, ainda, na forma como é conduzida a aprendizagem. Há a presença dos chamados educadores sociais, mas o fio condutor do aprendizado é, de fato, a interação entre todos os sujeitos envolvidos no campo.

A proposta da educação não formal se consolida a partir dessa interação, por tal razão a atuação dos educadores precisa contribuir para promover e fortalecer essa relação. Nesse sentido, o papel do educador, diz respeito a “propiciar situações e oportunidades para diferentes vivências conjuntas, sem esquecer-se de aproveitar as já existentes” (SIMSON, 2001, p. 11).

Outro aspecto, discutido pelos pesquisadores da área, se refere aos espaços onde podem se desenvolver processos formativos não formais. Diferente da educação formal que tem a escola como espaço privilegiado para o seu desenvolvimento, nesse campo da educação os espaços onde se configuram tais processos são todos aqueles locais nos quais é possível perceber o encaminhamento de ações intencionais que visam uma formação. Portanto,

além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não-formal) temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

Os processos formativos desenvolvidos no campo não formal são conduzidos a partir de uma concepção sobre tempo e espaço diferente daquela presente na educação formal (TRILLA, 2008). Diferença esta que pode ser percebida, principalmente, na flexibilidade



quanto à fixação de espaços onde ela pode ser desenvolvida e utilização do tempo para a concretização desses processos.

Essa aparente liberdade de atuação, a não-fixação de tempo e espaço e a flexibilidade na adaptação de conteúdos, não indicam que a educação não formal não possua uma organização e uma estrutura definidas. Essas são as características que a definem e que dão a especificidade a esse tipo de educação. (GARCIA, 2001, p. 152).

Segundo Afonso (1989), esses lugares podem ser identificados de acordo com algumas características específicas, dentre as quais destacamos: o caráter voluntário da participação dos sujeitos, a promoção da socialização, o fortalecimento de valores como a solidariedade, o desenvolvimento de um trabalho comprometido com o desenvolvimento e a transformação social, um ambiente pouco hierarquizado, marcado pela descentralização do poder, que favorece o engajamento dos sujeitos nos projetos que tem por objetivo à promoção social.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO NÃO FORMAL**

A partir da caracterização desses espaços não formais, fica evidente que não é possível pensar a educação não formal sem considerar a forma como se desenvolvem os processos educativos nesse campo. A educação não formal acontece a partir da coletividade, em um contexto de participação social.

Os processos educativos nos espaços não formais são construídos a partir da interação dos sujeitos, e esse envolvimento nasce da necessidade coletiva de agregar novos saberes à formação social. Em meio a um contexto de participação, os processos educativos são desenvolvidos a partir da socialização e das vivências compartilhadas. Nesse sentido, a forma como se é feita a educação está associada à questão do pertencimento social. Os sujeitos fazem parte da construção desses processos formativos, e se sentem pertencentes àquele espaço por se identificarem com uma proposta educativa que contempla a sua origem, cultura e identidade.

Destarte, é inviável pensar uma educação não formal sem que esta considere, “em primeiro plano, os desejos da comunidade com a qual se pretende trabalhar, seus anseios, identificando seus desejos e necessidades e valorizando o universo cultural dos educandos” (GARCIA, 2001, p. 153). A forma como se educa está associada também aos objetivos que visa cumprir a educação não formal, assim sendo, as finalidades perpassam o desenvolvimento desses processos.

No que diz respeito aos fins da educação não formal, o desenvolvimento dos processos educativos no campo pretende capacitar “os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no

mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2010, p. 19). Portanto, os objetivos são construídos à medida que os vínculos entre os sujeitos se estabelecem.

Esse entendimento de construção dos objetivos rejeita os conhecimentos prontos e acabados, bem como a mera transferência dos mesmos. Deste modo, os objetivos, que vão sendo delineados a partir de uma prática participativa, visam “considerar, reafirmar e ampliar a cultura dos sujeitos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos” (GARCIA, 2001, p. 152).

A identificação com o trabalho desenvolvido faz com que os sujeitos se envolvam com o campo não formal. Diante dessa realidade, as intervenções realizadas na edania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dig ucação não formal têm se caracterizado, cada vez mais, de acordo com princípios específicos, como o de participação, solidariedade e valorização, com o intuito de aproximar os sujeitos e as suas realidades do processo de formação. De acordo com as suas características, o campo não formal tem buscado contribuir de forma significativa na construção da cidadania. O PNEDH de 2003, ao tratar das práticas educativas não formais, recomenda que a educação não formal deve “se tornar um instrumento eficaz no processo de construção da democracia, da cidadania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dignidade humana” (BRASIL, 2003, p.30).

Os processos educativos não formais foram se desenvolvendo de forma a alcançar resultados específicos que corroboram com a formação de cidadãos capazes de refletir criticamente e intervir nas diversas realidades, a partir de

uma série de processos, tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades; resgata o sentimento de valorização de si próprio; os indivíduos adquirem conhecimentos a partir de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e a interpretar o mundo que os cerca; desenvolve a cultura política do grupo (GOHN, 2010, p. 21).

Diante da discussão sobre os aspectos que constituem o universo da educação não formal, os processos educativos não escolares possibilitam a transformação social. Tal objetivo torna-se possível a partir da construção de espaços que permitem aos sujeitos participarem da história como protagonistas, ou seja, transformando a realidade à medida que são transformados (AFONSO, 1989). Na atualidade a construção e o fortalecimento desses espaços se apresentam como um desafio à educação não formal.

O campo não formal tende a se desenvolver à medida que a sua amplitude é compreendida. Nesse sentido, os processos educativos não escolares se caracterizam, pelo caráter participativo (motivado pelos interesses comuns, que partem de diferentes contextos sociais) e formativo de cidadãos esclarecidos quanto aos seus direitos e deveres.

A educação não formal é um campo que possui as suas especificidades, que desenvolve processos intencionais de formação de cidadãos e que, desde as últimas décadas do século XX, tem se expandido por todo o território nacional, a partir das “experiências educativas não-formais que estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas” (BRASIL, 2007, p. 44). Entretanto, ainda há lacunas na educação não formal que precisam ser preenchidas.

Os processos educativos não formais têm caminhado para dar uma resposta a esses vazios e assim fortalecer o campo de atuação. É certo que há um esforço dos envolvidos para suprir o que ainda falta no desenvolvimento dos processos educativos não formalizados. Dentre as preocupações, a questão da metodologia tem ocupado papel central na busca pelo preenchimento desses espaços. Tem-se buscado apoiar a metodologia da educação não formal no diálogo e valorização cultural. Deste modo, “o método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades” e, assim, a partir dessa construção “o método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas” (GOHN, 2006, p.6).

Essas metodologias têm sido construídas e reconstruídas no intuito de acompanhar as necessidades educacionais que emergem das novas demandas sociais. Portanto, é mediante a essas (re)construções, delineadas a partir de tais demandas, que o campo não formal tem crescido e se fortalecido. Em meio a esse processo de expansão, a atuação de ONGs no campo educativo não formal tem contribuído de forma significativa.

A educação não formal assim como tem caminhado para a organização metodológica, tem avançado também na compreensão teórica dos seus processos educativos. Os olhares dos pesquisadores estão cada vez mais voltados para a reflexão em torno das práticas não formais que vivenciam, na contemporaneidade, um processo de expansão. Na realidade enquanto se intensificam as ações no campo, o interesse das ONGs pela educação não formal tem se intensificado. Analisar a atuação dessas organizações no cenário não formal é, portanto, imprescindível para que se construa um conhecimento aprofundado que não somente diz respeito a esse campo específico, mas, sobretudo, à realidade da educação brasileira.





## AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

O envolvimento das ONGs com o campo da educação não é um acontecimento recente. Conforme os estudos relatam, essa relação pode ser percebida desde o período compreendido pelas décadas de sessenta e setenta, quando surgem as primeiras iniciativas da sociedade civil organizada (OLIVEIRA; HADADD, 2001).

A partir do processo de democratização, vivenciado na década de oitenta, no qual a sociedade civil organizada desempenhou um importante papel na mobilização e articulação dos sujeitos para que estes ocupassem uma posição combativa na luta pelos direitos sociais, o trabalho desenvolvido pelas ONGs conquistou a abertura política e social necessária que possibilitou a ampliação dos campos de atuação.

Com esse processo de ampliação, o campo educativo ocupou uma posição de destaque entre as ações não governamentais promovidas por essas instituições. Essas iniciaram uma redefinição nos seus papéis, visando contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Nesse sentido, a atuação no âmbito educacional se apresentava como uma interessante possibilidade para que se concretizasse tal contribuição.

Na década de 1990, os processos educativos não formais emergiram de tal forma, na tessitura social, que despertaram o interesse de estudiosos (CARRION, 2000; FISCHER, 2005; MONTAÑO, 2002; MONTE, 2012; CARVALHO 2012) em investigar as experiências no referido campo. Esse destaque decorreu, inclusive, da aproximação das instituições do TS, que passaram a desenvolver práticas educativas firmadas nas concepções que permeiam os processos formativos não formais.

Dentre as compreensões presentes no campo não formal, Gohn (2006) chama atenção para o objetivo central do mesmo que é: educar para a cidadania. Isso remete a uma reflexão sobre as concepções que permeiam a prática desenvolvida em tal proposta educativa. De acordo com a autora entender esta proposta requer pensar a educação a partir da concepção ampliada, na qual é possível construir uma

educação para justiça social, educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra a discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006, p. 7).

As ONGs têm atuado no campo da educação por meio do desenvolvimento de processos educativos embasados na concepção ampliada de educação, posto que compreendem que as ações inspiradas em tal proposta contribuem para que se cumpra o objetivo principal da sua

atuação, que é a de intervir como ator social, que contribui para o desenvolvimento, a partir do estabelecimento de relações sociais mais equilibradas.

É preciso, então, pensar o papel que as ONGs têm desempenhado no campo educativo não formal, e também na tessitura social a partir dessa forma particular de atuar por meio do desenvolvimento de projetos sociais, que contam com o envolvimento de diferentes instituições. A reflexão em torno dessa questão é importante e extremamente necessária para que possamos compreender até que ponto as parcerias firmadas, visando o financiamento de ações, tem repercutido sobre os processos educativos desenvolvidos nesses espaços.

Essas aproximações têm sido apontadas como um caminho para que as ONGs deem continuidade às suas ações, se mantendo firmes no desenvolvimento de projetos sociais, possibilitando, assim, a participação dessas instituições no cenário social, bem como, o fortalecimento dos seus papéis e atribuições. Entretanto, para que se cumpram tais objetivos, consideramos ser necessário o estabelecimento de uma relação comedida. Esse equilíbrio se torna possível quando as instituições não governamentais possuem uma estrutura organizacional fortalecida, que permite que tais organizações se posicionem, diante dos parceiros, a favor dos interesses primordiais das suas atuações (CARVALHO; SACHS, 2001).

A necessidade de financiamento tem motivado as organizações a aceitarem as condições impostas pelos parceiros, e isso tem dificultado o posicionamento das mesmas. As crescentes demandas sociais da sociedade, cuja enorme massa de indivíduos carentes não cessa de crescer, aliado à escassez de recursos para atender a essa demanda, levam muitas ONGs a aceitar, de forma bastante acrítica, as parcerias com empresas (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 23).

A relação das ONGs com o Estado ainda é desafiadora, visto que à medida que essas aproximações são realizadas, em razão da urgência na continuidade dos projetos, o trabalho desenvolvido corre o risco de ser comprometido, devido à dificuldade que elas podem encontrar para se posicionar criticamente diante dos interesses dos parceiros. Em meio a essas questões, novos desafios se apresentam às ONGs. Em verdade, hoje elas precisam, além de captar recursos para financiar os seus projetos sociais, buscar outros meios que garantam a efetivação da sua participação social, contribuindo, desta forma, para a consolidação da sua atuação junto às problemáticas sociais, e potencializando o seu papel no que diz respeito à luta pelos direitos sociais

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



No atual contexto o desafio desenhado para as ONGs diz respeito ao estabelecimento de uma relação com outras instituições da sociedade civil que também desenvolvem um trabalho alicerçado no interesse de contribuir para o desenvolvimento social, por meio da promoção e ampliação de espaços democráticos, voltados para uma formação política, que possibilite o exercício pleno da cidadania.

Com relação à educação não formal, cabe às ONGs o fortalecimento do campo, por meio de ações respaldadas nos princípios de solidariedade, cooperação, compromisso social e coletividade, que até então, estão sendo substituídos por outros que nada se aproximam do caráter primordial da atuação não governamental na construção e exercício da cidadania.

A necessidade de financiamento tem sido apresentada como uma real motivação dessas organizações para aproximar-se de outros atores sociais, especificamente integrantes do primeiro e segundo setor. Em meio a essa relação observa-se que não raras vezes as ONGs são condicionadas a se submeter aos interesses dos parceiros.

Destarte, pontuamos que é fundante o posicionamento e até mesmo a resistência a certos princípios que regem o mundo empresarial e a estrutura governamental. É necessário que os processos educativos, desenvolvidos por meio dos projetos sociais, sejam condizentes com a proposta do campo não formal, com o interesse de atuação e com o papel que deve ser desempenhado por essas organizações específicas da sociedade civil. Desta forma, elas estarão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento educacional, político, econômico e social do país.

O encaminhamento reflexivo é, portanto, salutar para aqueles que atuam e se interessam pelo campo da educação, sob pena de apreendermos em sua totalidade a realidade social em curso. Analisar o desenvolvimento da educação não formal, bem como, a participação não governamental neste campo exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação educação não formal e ONGs na atual configuração social.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S.R. (Orgs.) **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília,

DF, 23 dez. 1996. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> . Acesso em: 30 de nov. 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CARVALHO, C. A.; SACHS, T. R. A internacionalização da economia chega ao Terceiro Setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, no. 20, jan/abr, pp. 107-123, 2001.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000.

CORTELLA, M. S. A contribuição da educação não formal para a construção da cidadania. In: CORTELLA, M. S.; SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. et alii. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007, p. 43-52.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International des Droits de 1° Enfant, 2005.

GARCIA, V. A. A educação não-formal no âmbito do poder público: avanços e limites. In: SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

GOHN, M.G. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1992. GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LANDIM, L. (org.) **Sem fins lucrativos: as Organizações Não Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: Iser, 1988. Educon, Aracaju, Volume 13, n. 01, p.13-14, set/2019 | [www.educonse.com.br/xiiicoloquio](http://www.educonse.com.br/xiiicoloquio)

MONTE, T.; CARVALHO, C. A. Poder e relações de parceria no terceiro setor. **Revista de Ciências da Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 1-26, 01 dez. 2005. Disponível em: [http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005\(s ite\).pdf](http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005(s%20ite).pdf) Acesso em: 10 jun. 2012.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.112, mar. 2001, p. 61-87.

SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

